

Direito Ambiental e do Agronegócio

O desenvolvimento econômico sustentável é o modelo empresarial necessário para desempenho das atividades de todos os setores econômicos na atualidade, tanto pela sua consciência sobre a necessidade de minimizar os impactos das suas atividades aliadas ao desenvolvimento econômico e a interface com a preservação ambiental, quanto pelas exigências impostas pelos órgãos reguladores. Companhias do ramo do agronegócio e atividades afins, cuja operação implica num alto potencial de interferência no meio ambiente, tem na gestão ambiental e sustentabilidade um dos pilares da sua atuação. Isso explica o crescimento de normas reguladoras e selos verdes que reconhecem e valorizam companhias que minimizam e compensam seus impactos.

Na mesma corrente, cresce a busca por profissionais do Direito capacitados para atuar em questões e conflitos ambientais e suas interfaces com o agronegócio, seja como representante de empresas, de órgãos públicos e reguladores.

Por que fazer Direito Ambiental e do Agronegócio na PUCPR?

Ministrado por professores com larga experiência profissional, vivência prática e sólida formação e titulação acadêmica, o curso de pós-graduação lato sensu em Direito Ambiental e do Agronegócio está estruturado em 2 grandes módulos que desenvolvem no estudante uma concepção ampla do mercado ambiental e do agronegócio e suas relações jurídicas.

O curso de pós-graduação lato sensu em Direito Ambiental e do Agronegócio da PUCPR é um curso completo, além do conhecimento teórico inerente à área, desenvolve no estudante uma expertise prática focada na sua atuação no mercado, além de proporcionar network interdisciplinar e extremamente rico no compartilhamento de experiências com a participação de profissionais de diversas áreas do conhecimento.

Os cursos de pós-graduação lato sensu da área do Direito da PUCPR oferecem ao aluno a opção de realizar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Essa possibilidade está em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC para os cursos de pós-graduação lato sensu em todo o País (Res. 1/2018 da Câmara de Educação Superior) e visa atender os estudantes que necessitam do TCC em seus currículos, por qualquer motivo que seja. Seguem como requisitos para aprovação no curso e a consequente emissão de certificado de Pós-graduação Lato Sensu, a presença em sala de aula (ou ambiente virtual) dentro do mínimo estabelecido, bem como a aprovação nas atividades avaliativas das disciplinas que compõem o programa.

Aqueles que optarem por realizar o TCC deverão matricular-se na disciplina específica (Orientação de TCC), para a qual receberão orientação dentro de sua área de interesse. Essa disciplina passará a compor a grade curricular do estudante, terá custo à parte e deverá ser finalizada até a conclusão do curso. Aprovado o trabalho de conclusão de curso realizado pelo aluno, o histórico do curso de pós-graduação é acrescido da informação de que o curso contou com TCC.

A matrícula na disciplina de TCC amplia o vínculo do aluno com o curso. Desta forma, o certificado do aluno somente poderá ser emitido após a conclusão, com êxito, do trabalho de conclusão de curso. Público-Alvo Profissionais de nível superior, que atuam no mercado ambiental e do agronegócio ou que desejam ingressar e atuar na área, não apenas no exercício da advocacia, mas no desenvolvimento de todas as demais atividades profissionais correlatas. Curso destinado à Advogados, Engenheiros (Ambientais, Agrônomos, Florestais, Civis, etc...), Biólogos, Geólogos, Arquitetos e Urbanistas, Empresários e demais interessados na área.

Campus:

Curitiba

Modalidade:

EAD

Formato:

Aula Online ao Vivo

Duracao:

20 meses

Periodicidade:

E-mail:

pos.direito@pucpr.br

Telefone:

41984971479

www.pucpr.br

Quinzenal

Mensalidade:

R\$ 581.90

Inscricao:

[Clique aqui](#)

Disciplinas

Responsabilidade e Procedimento Administrativo Ambiental

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA: Base Constitucional e Legal; Responsabilidade de Particulares e do Estado; âmbito de sua abrangência; Competência e Sanções Administrativas; Lei 9.605/98. Decreto 6.514/08. Procedimento Administrativo Ambiental.

Responsabilidade Civil Ambiental

RESPONSABILIDADE CIVIL: Os Limites do Direito e o Direito Ambiental; Introdução ao Termo Responsabilidade; Responsabilidade Subjetiva e Objetiva; O Dano Ambiental. Responsabilidade Contratual e Extracontratual; Responsabilidade de Particulares e do Estado; Responsabilidade Civil e Jurisdição.

Responsabilidade Penal e Crimes Ambientais

Direito Penal e Direito Ambiental. Modelo anterior à CF/88. O paradigma da CF/88. Legitimidade da intervenção penal. Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Análise da Lei 9605/98. Tipos penais. Análise das consequências jurídicas do delito. Lei 9099/95 e Lei 10259/2001 e sua relação com o Direito Penal do Meio Ambiente. Entendimento jurisprudencial.

Política Nacional Resíduos Sólidos

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: Princípios e Diretrizes. Classificação. Instrumentos. Planos de Resíduos Sólidos, nacional, estaduais, municipais e privados. Responsabilidades. Logística Reversa e Responsabilidade Pós-consumo. Instrumentos Econômicos.

Direito Florestal e Unidades de Conservação

Esta disciplina é dirigida aos alunos da Especialização em Direito Ambiental e do Agronegócio e visa repassar aos alunos o conhecimento teórico e prático sobre Direito Florestal e Unidades de Conservação. Nela, os estudantes aprendem a refletir criticamente sobre as reserva legal, áreas de preservação permanente, unidades de conservação e as diferenciações de tratamento desses institutos legais em áreas consolidadas ou não consolidadas. Ao final, são capazes de aplicar os conhecimentos auferidos no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área ambiental e do agronegócio de forma interdisciplinar e sistêmica.

Recursos Hídricos e Pagamentos por Serviços Ambientais

Esta disciplina é dirigida aos alunos da Especialização em Direito Ambiental e do Agronegócio e visa repassar aos alunos o conhecimento teórico e prático sobre REcursos hídricos e Pagamento por serviços ambientais. Nela, os estudantes aprendem a refletir criticamente sobre as noções gerais do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, Outorga, competências, assim como procedimentos e benefícios decorrentes do Pagamento por serviços ambientais.

Ao final, são capazes de aplicar os conhecimentos auferidos no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área ambiental e do agronegócio de forma interdisciplinar e sistêmica.

Tributação Ambiental e do Agronegócio

Esta disciplina é dirigida aos alunos da Especialização em Direito Ambiental e do Agronegócio e visa repassar aos alunos o conhecimento teórico e prático sobre tributação ambiental e do agronegócio. Nela, os estudantes aprendem a refletir criticamente sobre as noções gerais do ICMS Ecológico, IPTU Ecológico e demais interfaces tributárias. Nela, os estudantes aprendem a refletir criticamente sobre FUNRURAL, ICMS, e demais interfaces tributárias do agronegócio. Ao final, são capazes de aplicar os conhecimentos auferidos no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área ambiental e do agronegócio de forma interdisciplinar e sistêmica. Ao final, são capazes de aplicar os conhecimentos auferidos no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área ambiental e do agronegócio de forma interdisciplinar e sistêmica.

Direito do Trabalho e Cooperativismo Aplicado Ao Agronegócio

Esta disciplina é dirigida aos alunos da Especialização em Direito Ambiental e do Agronegócio e visa repassar aos alunos o conhecimento teórico e prático sobre o Direito do Trabalho aplicado ao Agronegócio, assim como os aspectos recentes e inovadores do cooperativismo agrícola. Nela, os estudantes aprendem a refletir criticamente sobre as noções de Direito do Trabalho, contribuição sindical, negociação laboral e demais aspectos de interferência, as noções gerais de cooperativismo, relações comerciais dentre outros aspectos.. Ao final, são capazes de aplicar os conhecimentos auferidos no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área ambiental e do agronegócio de forma interdisciplinar e sistêmica.

Direito e Contratos Agrários

Esta disciplina é dirigida aos alunos da Especialização em Direito Ambiental e do Agronegócio e visa repassar aos alunos o conhecimento teórico e prático sobre o Direito Agrário e Contratos Agrários. Nela, os estudantes aprendem a refletir criticamente sobre os aspectos do Direito Agrário, Propriedade Rural, Função Social, contratos agrários típicos como arrendamento e parceria rural, assim como contratos atípicos como leasing agrário. Ao final, são capazes de aplicar os conhecimentos auferidos no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área ambiental e do agronegócio de forma interdisciplinar e sistêmica.

Direito do Agronegócio Aplicado

Esta disciplina é dirigida aos alunos da Especialização em Direito Ambiental e do Agronegócio e visa repassar aos alunos o conhecimento teórico e prático sobre aspectos recentes e inovadores do direito do agronegócio. Nela, os estudantes aprendem a refletir criticamente sobre as noções gerais do agronegócio, relação entre agronegócio e globalização, segurança alimentar e do alimento, empresa agrária, agroindústria e agronegócio, aspectos relevantes da nova lei do Agro, aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, contratos de integração agrotóxicos, agroquímico ou defensivos agrícolas.. Ao final, são capazes de aplicar os conhecimentos auferidos no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área ambiental e do agronegócio de forma interdisciplinar e sistêmica.

Licenciamento e Auditoria Ambiental

Esta disciplina é dirigida aos alunos da Especialização em Direito Ambiental e do Agronegócio e visa repassar aos alunos o conhecimento teórico e prático sobre Licenciamento Ambiental e Auditoria Ambiental. Nela, os estudantes aprendem a refletir criticamente sobre as o procedimento de licenciamento ambiental e todas as modalidades de licenças LP, LI, LO, LAS, DLAE, LAC, Autorização Ambiental dentre outros elementos e estudos ambientais como EIA/RIMA, RAS, RAP, Auditoria Ambiental, assim como são capacitados para atuação prática para realização,

desenvolvimento e acompanhamento de Auditorias Ambientais. Ao final, são capazes de aplicar os conhecimentos auferidos no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área ambiental e do agronegócio de forma interdisciplinar e sistêmica.

Crédito rural, Processo Civil e execução Aplicado ao direito ambiental e do agronegócio

Esta disciplina é dirigida aos alunos da Especialização em Direito Ambiental e do Agronegócio e visa repassar aos alunos o conhecimento teórico e prático sobre crédito rural e execução, Processo civil aplicado ao Direito Ambiental e do Agronegócio. Nela, os estudantes aprendem a refletir criticamente e ter capacitação prática para atuação nas principais demandas judiciais que envolvem a área. Ao final, são capazes de aplicar os conhecimentos auferidos no desenvolvimento de suas atividades profissionais na área ambiental e do agronegócio de forma interdisciplinar e sistêmica.

Direito Ambiental Urbano e Regularização Fundiária

Nesta disciplina os Estudantes serão apresentados ao campo de atuação profissional que envolve casos e relações jurídicas de direito urbanístico, em especial sobre as limitações administrativas decorrentes das regras estabelecidas no plano diretor e nas leis de uso e ocupação do solo dos Municípios de situação física dos imóveis e Regularização Fundiária. Ao final os Estudantes serão capazes de analisar situações complexas, propor medidas preventivas e resolver conflitos jurídicos judiciais e extrajudiciais envolvendo os instrumentos urbanísticos consolidados no Estatuto da Cidade.

Introdução ao Direito Ambiental

A problemática ambiental. Os problemas ambientais, econômicos e sociais e sua interdependência. O Meio Ambiente e o Direito. O bem efetivamente tutelado. A transversalidade da questão ambiental. Direito e Sociedade. Princípios do Direito Ambiental. Espécies de meio ambiente. Evolução da Proteção Jurídica Ambiental - dos Direitos individuais aos Direitos Difusos. Interesses Metaindividuais. Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA AMBIENTAL: Meio Ambiente na CF de 1988. Desenvolvimento Sustentável. Sistema federativo e repartição de Poderes. Partilha das competências ambientais materiais e legislativas. Conflito e cooperação das diversas esferas de governo na questão ambiental. Pacto Federativo e o Meio Ambiente. Autonomia Municipal. Lei Complementar 140/2011. POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – PNMA: Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6938/81): objeto, objetivos, princípios e diretrizes – Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: padrões de qualidade, zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, licenciamento em meio ambiente, infrações e sanções administrativas – Regulamento da Política Nacional do Meio Ambiente (Decreto nº 99.274/90) – Sistema Nacional do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Ética

Analisar os problemas éticos atuais, privilegiando controvérsias relacionadas às atividades profissionais. Ao final, os alunos serão capazes de tomar decisões responsáveis e sustentáveis, de acordo com princípios éticos.